Presidente : José Carlos O. Mendes Secretária-Executiva: Rosa Shimolea Ebina/Sonia Regina de Araujo Endereço : R. Antônio Pereira, 161 CEP 83.221.630 – Paraneguá –Pr. Telefax (041) 420-1360 E-mail cappgua@pr.gov.br

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

### ATA DA 117ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2003, na sala de reuniões do CAP, às 10:00 horas, sob a presidência do Sr. José Carlos de Oliveira Mendes reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina, com a presença dos conselheiros, Hélio José da Silva, Mário Marcondes Lobo Filho, Cláudio Fernando Daudt, Ogarito Borgias Linhares, Orsival Francisco, José Sílvio Gori, Mauro Fontoura Marder, Carlos Alberto Frisoli, Jorge Tacla Filho, Carlos Gilberto Guadhain Matozo, Arivaldo Barbosa José, Maria do Socorro de Oliveira, Wilson Moraes da Silva, Aírton Galinari, Zulfiro Antônio Bósio, Luiz Antônio Fayet, José Roberto Almeida Comêa, Luiz Antônio de Mattos e dos convidados, CMG Osmar Pedro da Cunha, Capitão dos Portos, Annibal Wust do Nascimento Gaya, Delegado da Polícia Federal, Heitor Wallace de Mello e Silva, Ferroeste, Paulo Moacyr W. Rocha Filho, Chefe de Gabinete da APPA e João Ivano Marson, Presidente do OGMO/PR. Antes do Presidente dar início à reunião a Conselheira María do Socorro, interrompeu-o para prestar homenagem ao ex-Conselheiro Carvalhinho, (falecido recentemente), que fez parte do CAP, desde a sua fundação, num período de dez anos. Dizendo que foi uma pessoa maravilhosa que passou pelo Colegiado. Pediu em nome do Bloco dos Trabalhadores um minuto de silêncio. O Presidente mencionou que quando do falecimento do Conselheiro, o CAP enviou condolências, em nome de todos os Conselheiros, à família e à FIEP, porém acatou a solicitação da Conselheira Maria do Socorro em prestar um minuto de silêncio. Abertura da Reunião: O Presidente deu início à reunião cumprimentando e agradecendo a presença de todos, principalmente do Presidente do OGMO, que será um convidado permanente, devido a interação que haverá entre CAP/OGMO. O Sr. Marson agradeceu o convite dizendo que o OGMO se sente muito confortável dentro da estrutura do CAP, tendo em vista que participam do Colegiado três Diretores que compõem o Conselho do OGMO e que levam as decisões do CAP para o conhecimento do Órgão Gestor de Mão-de-Obra, e se coloca à disposição do CAP. Justificativa de Ausência: Dos Conselheiros: Juarez Moraes e Silva, João Gilberto Cominese Freire, Carlos Alberto Silveira Calvo. Aprovação da Ata: Por unanimidade a Ata 116ª da Reunião Ordinária foi aprovada sem ressalvas. Informe: Número de Operadores Portuários regulares operando no porto são de 55. O Sr. Presidente informou que encaminhou ofício circular n.º 44/03-CAP, aos Conselheiros contendo a pauta e o expediente, para que os mesmos tomassem ciência do teor dos documentos tramitados durante o mês de outubro, no CAP. Comissão Tarifária e Orçamentária: O Conselheiro José Roberto, disse que a Comissão reuniu-se em 28.10, para apreciar os ofícios do CAP referente ao TCP. A Comissão decidiu solicitar a APPA, para encaminhar ao Conselho, a proposta da Tabela de Preços Máximos de Referência a serem praticados pelo TCP, a qual foi protocolada sob n.º 5.331.979-3/APPA, em 7/11/2002. Sendo aprovada pelo Plenário. Dragagem: O Conselheiro Ogarito, Diretor Técnico da APPA falou que, a situação da dragagem, da APPA, é dividida em três questões básicas: primeiro a Bacia de Evolução e o Canal em Paranaguá; segundo o acesso a Antonina e terceiro o calado dos berços. Com relação ao contrato com a Bandeirantes, por determinação da PGE -Procuradoria Geral do Estado, a APPA constituiu uma Comissão, composta pelo Diretor Orsival, a Enga Manuela e Dr. Alaor, para o encaminhamento e o amplo direito de defesa a empresa. A empresa prestou um longo pronunciamento. Foi solicitado ao Orsival que fizesse um pequeno relato da situação em que se encontra a tramitação junto à Comissão. O Orsival disse que a Companhia Bandeirantes fez esse depoimento, e solicitou prorrogação de prazo, para retirar mais documentos de plantas (batimetrias), que a ASSUMAR possui em arquivo, para sua argumentação de defesa. Esse processo é administrativo e terá uma conclusão. Foi tomado a termo. Foi assinado. Essa documentação está disponível, para conhecimento dos Conselheiros. O Ogarito complementou dizendo que foi feita uma licitação, para execução de serviços de dragagem de manutenção dos canais de acesso aos portos de Paranaguá e Antonina e demais áreas dos portos organizados. Na licitação, existe um preço equivalente a quinze milhões de dólares por cinco anos. Um volume a ser dragado, nesses mesmos cinco anos de 15 milhões de metros cúbicos. Isso levou a um valor, por metro cúbico, contratado, de um dólar por metro cúbico. O histórico de dragagem apresentado pela própria Bandeirantes, até abril de 2003, chegava a um volume efetivo dragado de quatro milhões e quatrocentos mil metros cúbicos. Mas o que realmente complicou o processo, é que, a par da repactuação econômica, feita nas questões de valores, não mais por correção em dólares e sim por índices nacionais próprios para a área, da Fundação Getúlio Vargas, houve também o desconto do que foi pago a mais, daquele índice em dólar, e acima de tudo o Dr. Osires, denunciava a partir de setembro de 2002, que os calados não estavam de acordo com aqueles contratados. Cada vez

Presidente : Jusé Carlos O. Mendes Secretirlo-Énecutius: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo Endemeo : R. Anthujo Pereira, 161 CEP 83.221.030 – Paranaguá –Pr. Telefix (%41) 42%-1360 E-mail cappgua@pr.gov.br

## Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

que uma das regiões contratadas ficassem com meio metro cima, a Empresa deveria comparecer com sua draga, para quinze dias depois, no máximo, iniciar os serviços de manutenção do calado, dando a segurança necessária e cumprindo com sua obrigação. Há cartas de batimetrias demonstrando isso, em setembro, outubro, novembro, dezembro, da administração anterior. Continua essa questão, que foi amplamente discutido no CAP, em janeiro, fevereiro, março que foi o período da repactuação, mas não que nesse momento de repactuação não estivesse se chamando a draga o tempo todo, insistentemente. convocando documentalmente, para que viesse cumprir com sua obrigação contratual. Nesse repacto combinou-se que na mobilização receberta o pagamento de uma parcela, que ocorreu em 04/04/03, nos inícios dos trabalhos receberia entre parente, em 17/04/03 e a partir daí, o pagamento de uma parcela mensal trabalhada. O porto questiano trabalhada. O porto questiano trabalhada mases (fan/mar) que a Bandeirantes insiste em receber, como se prestado tivesse sido o serviço. Quando ao reconhecimento por parte da instituição, que estava inadimplente, em termos de serviços, desas setembro de 2003. Esta é basicamente a questão que faz com que haja toda essa demanda judicial. Efetivamente a draga executou os serviços de abril, a julho deste ano, talvez até agosto, ou parte dele, mas sem nenhuma dúvida, graças a pressão exercida pela administração e fundamentalmente pelo apoio que teve do CAP e toda a Comunidade Portuária que pressionou insistentemente, a Empresa, a cumprir aquilo que seria algo, que não necessitaria ter essa pressão, porque afinal, era o contrato que assumiu. Isso trouxe a uma questão temporária, referente ao canal, tem muito claro que solução de dragagem é temporária, porque as forças da natureza permanecem em ação. Há uma segunda questão da discussão com a Bandeirantes, é Antonina, que em nenhum mês, embora tenha recebido, nos cinco meses iniciais do contrato, 30% do valor global do contrato, tendo sido então abatido quatro milhões e meio de dólares, e o saldo redividido por 55 parcelas, embora o contrato inicial e a licitação dissessem que a empresa receberia, sessenta parcelas iguais. Em Antonina aconteceu que o contrato original previa a manutenção de um calado, específico, de uma determinada profundidade. Essa profundidade que seria de 8 metros, em função da dragagem feita, particularmente, pela Ponta do Félix, foi a 10 metros. A empresa diz o seguinte: "o meu compromisso é só quando estiver em sete e meio, porque "meio metro", sobre a cota inicial do contrato. A Administração entende isso como sofisma, porque o compromisso dela é a manutenção de um volume de dragagem. Seja esse meio metro, a 8 metros, no período de 8 a 7,5, seja esse meio metro, no período de 10 a 9,5. O argumento da Empresa é que quanto mais fundo, a velocidade de assoreamento é maior. A APPA até podena aceitar, se pelo menos uma vez o trabalho tivesse sido realizado. Todos os argumentos técnicos são válidos, mas há o argumento da lógica, da realidade que não pode ser abandonada. Em 38 meses, devena proceder uma campanha em Antonina. Era obrigação ter feito, mas não fez. Portanto a inadimplência é perfeitamente clara. O Comandante Osmar manifestou sua preocupação e perguntou ao Dr. Oganto: qual a situação atual do Porto de Paranaguá? O que vem sendo feito para o controle dessa situação com relação as Normas de Tráfego Marítimo e Permanência nos Portos? O que vem ocorrendo em relação aos navios e as atracações que são feitas hoje? Ogarito respondeu que a APPA está tecnicamente num período de entredragagens, a frequência de vinda e permanência da draga nas campanhas anteriores, elas foram mais espaçadas e menores do que esse último período. A intenção é que essa discussão administrativa seja mais rápida possível para que se possa chegar a uma definição. Rompe-se o contrato e todo o trâmite necessário para essa finalidade, está sendo feito de forma jurídica, orientada pela Procuradoria Geral do Estado. O Comandante insistiu quanto ao acompanhamento da APPA. Qual a situação dos calados em todas as áreas, estão acontecendo acidentes, estão se aumentando os calados acima das Normas. Aceitam navios de condições maiores ou não? Ogarito respondeu que aguarda as cartas de batimetrias para venficar essas questões. Os Conselheiros Bósio e Maria do Socorro perguntaram ao Dr. Oganto, se a APPA tem previsão em que período se resolverá essa situação, quando a dragagem voltará para o porto de Paranagua, Como se pretende resolver, Qual é a previsão, Qual é o planejamento? Ogarito respondeu que a APPA voltará a dragar tão logo haja a necessidade das campanhas. Um tempo necessário que, normalmente, é de 10 meses. (tempo de dragagem). Outra questão é, se corrigido o contrato, se rompido o contrato é chamado outra draga, por emergência, porém, não lhe cabe afirmar por estar o processo administrativo em andamento. O Conselheiro Fayet disse que apesar das discussões, não permitiu-lhe formar um juízo perfeito sobre a questão. O Porto de Paranaguá foi vítima de um contrato muito mau feito, a prova é que foi feito uma proposta de repactuação e a empresa aceitou. A Bandeirantes passou recibo, de que na verdade, o Porto de Paranaguá estava sendo achacado com o contrato anterior. Sua dúvida é sobre essa divergência, pois quando o contrato foi repactuado já na atual gestão. Acredita que o contrato já veio ruim. Por que não foi corrigido na repactuação? Por outro lado, como é que se fala em campanhas? Enquanto a APPA não estiver com as condições contratuais absolutamente cumpridas, não

Presidente: José Carlos O. Mendes Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo Endemgo: R. Astituio Pereira, 161 CEP 83.221.030 – Paranaguá –Pr. Teletia: (841) 428-1380 E-mail cappgua@pr.gov.br

# Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

teria a próxima campanha. Já deveria estar em campanha. Não conseguiu entender se a Bandeirantes, aceitou a repactuação e depois houve esse retrocesso, então pergunta: Isso não estava previsto no contrato? Ogarito disse que a repactuação é muito clara. O contrato da obrigatoriedade de manutenção e securitização do calado, de Antonina, é item do objeto inicial, da licitação. O conceito de securitização não foi alterado. A empresa descumpriu com a sua obrigação, em relação a Antonina. Se a Administração tivesse alterado o calado e a carta náutica dizendo que a obrigação deles, era manter em 10. A APPA teria isentado a empresa dos 38 meses que falhou com Antonina. O Comandante solicitou permissão para dizer, sob o ponto de vista da Bandeirantes. Está escrito no contrato, 8 metros. Foi feito uma campanha, particularmente, e colocou a 10. Porém no contrato ficou 8 metros. Esse delta, é questão de interpretação, nem o Juiz vai ter que decidir. Ele interpretará que no contrato está escrito 8 metros e fisicamente está 10 metros. Ogarito disse que assim como o juiz poderia interpretar em que a Administração dando essa carta, a Companhia Bandeirantes, estaria retirando dele, a obrigatoriedade anterior, causando um prejuízo ao erário público, porque havia um compromisso, a fatura mensal, tem um componente de 10 ou 15% que representa o percentual da manutenção do Porto de Antonina. Esse dinheiro público foi repassado ao caixa e a conta da Empresa e não foi realizado o serviço. Campanha significa a ação de dragar. Não é necessariamente um processo específico da campanha. A diferença é o seguinte: está repactuado. Está escrito, mas pode mudar de idéia, com as consequências que isso lhe trará. Explicou que a Bandeirantes, após o primeiro mês de trabalho, apresentou quatro faturas. Quando no contrato está estipulado que devena apresentar uma por mês. Comandante Osmar falou sobre a ótica da empresa, porque acompanha os dois lados, dizendo que a Bandeirantes nunca parou de dragar, manteve um draga pequena, nos berços, estava trabalhando e teria o direito de receber. São pontos divergentes que deverão ser solucionados juridicamente. O Conselheiro Fayet disse da sua preocupação quanto ao mapa de profundidades, na medida em que esse mapa não fez parte da repactuação, criou-se uma vulnerabilização. A falta de confirmação do Mapa de profundidades pode ser uma falha da repctuação do contrato. Ogarito falou que a APPA repactuou uma cláusula econômica e não condições do contrato. Manifestaram os Conselheiros Fayet, Bósio e Maria do Socorro da preocupação e reiteram a questão ao Dr. Oganto: Quando será resolvido o problema da dragagem, nos Portos de Paranaguá e Antonina? Nessa oportunidade o Dr. Mário respondeu que as declarações do Dr. Oganto estão claras. A APPA precisa aguardar o término dos procedimentos administrativos. Terminadas as conclusões desses procedimentos, ou novamente se esclarece o contrato com a Bandeirantes ou vai ter que fazer uma contratação com a urgência que o caso requer. O Conselheiro Daudt disse que é importante esclarecer que Antonina foi dragada, 4 milhões de metros cúbicos em 2001. Aprovada e autorizada pelo Estado e pela Administração Pública. E o contrato estava em Edital. Somente em março de 2003, tomou conhecimento do contrato da Bandeirantes, que seria de 8 e 6 metros para Antonina. Agora o Edital e o Contrato são claros. Em qualquer profundidade será feita a manutenção. Disse ainda que as declarações do Dr. Oganto estão extremamente corretas. O Conselheiro Marder disse dos constrangimentos que estão sofrendo dianamente, o TCP está com 200 metros de berços prontos. Não estão dragados. No mês de outubro, em função dos desvios de escalas os navios estão 16 horas parados, esperando para atracação. O TCP recebe fax e E-mail constantes dos armadores, e usuários do porto quanto a espera que estão crescendo no porto. Estão crescendo, devido ao cumprimento de contrato, que tem como objetivo aumentar a movimentação de cargas em Paranaguá, através de Contêineres. É evidente, o TCP fez o contrato. Traz o cliente. Aumentam-se as escalas e não consegue usar o berço. Não é porque o governador não gosta do TCP. São os usuários, a economia paranaense que estão perdendo e sofrendo constrangimentos. Não vê solução a curto prazo, porque vai ter um fim judicial. Ogarito colocou que o governador nada tem contra o TCP. Ele tem contra àqueles que querem usufruir do patrimônio público de forma ilegal. O Conselheiro Marder perguntou onde está a ilegalidade. O TCP ganhou uma concorrência lícita, mesmo porque já existe um processo judicial. O Ogarito disse sem ilações, que tem havido uma luta pela legalidade. Isso não quer dizer que, esse ou aquele contrato, seja ilegal. Na medida em que há uma discussão judicial, e o fórum é a justiça, que coloca sobre júdice a discussão da legitimidade da execução dos duzentos metros. Se há o quarto termo aditivo, cancela-se esse direito. Ogarito relatou que, talvez, por uso, do outro berço com janelas que não estão autorizadas, janelas contratuais, que não fazem parte do contrato e nem da licitação, usou a palavra talvez porque ainda vai venificar se consta no contrato. Talvez as janelas reduzam a utilização por produtividade do berço já dragado. E isso sim tem causado alguns constrangimentos que tem chegado a APPA, como informação. Não há nenhuma leviandade. Há queixas que as janelas operacionais, do berço 215, que será feita uma investigação, vai se verificar se isso nesta acontecendo, porque o berço é público e não podem ser feitas

Presidente : José Carlos O. Mendes Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo Endersço : R. Antônio Pereira, 161 CEP 83.221.030 – Paranaguá –Pr. Telefax (941) 420-1380 E-mail cappgua@pr.gov.br

## Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

janelas, sem a autorização da Administração. Com negociações paralelas diretamente entre alguns armadores privilegiados e o terminal interessado. O Presidente interrompeu a discussão, solicitando aos Conselheiros para retornarem ao assunto em pauta. Ogarito disse que o contrato da Bandeirantes é geral, faz o Canal de Acesso, Bacia de Evolução e Berço de Atracação. O Comandante Osmar disse que são os berços existentes no contrato, os novos não constam. Acredita que a APPA terá um problema novo. Ogarito disse que é uma parte fundamental que talvez sirva de resposta e orientação ao Conselheiro Marder. O Conselheiro Airton Galinari dizendo que entendeu a parte da dragagem e como sua empresa trabalha com granel, questionou sobre o berço 213. Ogarito respondeu que o processo licitatório para recuperação foi autorizado. A Rocca concordou com a rescisão do contrato e vai participar da nova licitação. O Presidente pediu desculpas ao Conselheiro Fayet, pelo adiantado da hora e que teria outros assuntos a serem discutidos. Entretanto o Ogarito respondeu que o píer do cais inflamáveis, será recuperado pela Petrobrás. O Presidente passou para a Comissão de Acompanhamento do Treinamento Portuário: O Conselheiro Arivaldo, relatou que a Comissão reuniu-se no dia 22 de outubro de 2003, às 15h00, contando com as presenças de Elian Prado Caetano, representando o Conselheiro Orsival Francisco, Mauro Borges dos Santos, Chefe da Dívisão de Recursos Humanos, da APPA, Hélio Emani Srzypietz, Gerente da Agência do Trabalhador de Paranaguá Júlio César Juchem, Secretário do SINDAPAR. O Conselheiro Arivaldo, expôs a deficiência das verbas disponibilizadas para Paranaguá, para atender com treinamentos, uma vez que a Comunidade Portuária arrecada, para os cofres públicos, uma soma razoável, e isso deveria ser retornado em forma de cursos para os trabalhadores portuários. O representante do SINDAPAR, disse que, solicita a FEMAR, regularmente, 50 cursos e recebe, para atender no decorrer do ano seguinte, geralmente 15 cursos. E limitam-se as vagas em 25 treinados. Isso para atender todos os operadores portuários. Os recursos são liberados pelo Departamento de Portos e Costas via FEMAR - Fundação de Estudos do Mar. O Sr. Hélio, Agente do Sine/Paranaguá, é também Secretário do Conselho Municipal do Trabalho, disse que a verba disponibilizada para Paranaguá, via Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT, é muito pequena. Solicita empenho das autondades, para que a comunidade seja melhor atendida, visto que a demanda, sem qualificação, é grande. O Relator questionou o representante do SINDAPAR sobre a construção do Centro de Treinamento para Portuários. Ele disse que a área doada pela Prefeitura, já encontra-se limpa, terraplenada, somente aguardando a licitação que será realizada junto ao Ministério da Educação e Cultura. Acredita que dentro de uns três meses, a obra seja iniciada. Esse Centro de Treinamento será mantido pela Fundação Educacional e Órgãos Gestores, OGMO/PR. A Comissão recomenda que o CAP, envie ofício ao Superintendente, anexando cronograma de cursos, para serem desenvolvidos, em 2004, para os funcionários, com recursos da APPA, ou que seja encaminhado a SERT - Secretaria de Estado e Relações do Trabalho/PR, a fim de que autorizem os treinamentos, para Comunidade Portuária de Paranaguá, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador -FAT. E oficio ao Departamento de Portos e Costas - FEMAR - solicitando abertura de mais vagas, nos cursos Correlatas, coordenados pelo SINDAPAR/SINDOP. Informou que o CAP obteve resposta ao oficio enviado ao DPC. Esse documento informa que os recursos do DPC é para atender os TPAs. Comissão de Atração de Cargas e Fomento e Ação Industrial e Comercial do Porto: dada a ausência do Relator, Calvo, o Presidente solicitou ao Conselheiro Gori, que se pronunciasse. Disse que a Comissão se reuniu, porém não prosseguiu tendo em vista que não houve quorum. A Comissão foi sugerida pelo Diretor do Diretor Empresarial, que tinha alguns assuntos a serem reivindicados. Será marcada a próxima reunião onde será convidada a Delegacia da Receita Federal. Nesse ínterim a Comissão entrará em contato com os sindicatos de despachantes e outros seguimentos, para verificar os problemas dentro da área para serem discutidos. As questões das pranchas, a questão da associação de peritos , da medição de "draft", e das averbações de B/Ls com os "drafts". Foi encaminhado, pela Presidência do CAP a Chefia de Vigilância Sanitária, que desse as características técnicas necessário do equipamento de informática (computador) que foi reivindicado e que o Sindicato dos Despachantes se prontificou em fazer a doação. Comissão de Operações Portuárias, O conselheiro Airton disse que o relator estava ausente e solicitou-lhe que relatasse o que foi decido na reunião da Comissão. A reunião foi efetuada para analisar as Normas de Pré Qualificação dos Operadores Portuários. As Normas colocada pela APPA, foi submetida a uma análise prévia pelo SINDOP - Sindicato dos Operadores Portuárias, item a item. O SINDOP distribuiu aos presentes, cópia do ofício 122/2003, de 16/10/03,enviado a Administração. A Comissão apontou sugestões e solicitou a representante da APPA os esclarecimentos necessários. Ao final a mesma informou que as propostas serão analisadas pela Comissão e posteriormente aprovação do Sr. Superintendente. A Comissão decidiu que será marcada uma próxima reunião logo que APPA se pronuncie sobre o ofício do SINDOP. Relatório Gerencial do Porto de

Presidente : José Carlos O. Mendes Secretária-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo Endereço : R. Antônio Pereira, 161 CEP 83.221.030 – Paranaguá –Pr. Telefax (041) 420-1360 E-mail cappgua@pr.gov.br

### Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

Antonina, o Dr. Mário, antes de proceder comentários sobre o Relatório, solicitou ao Presidente. permissão, como representante do Estado Paraná, que tem a honra de representar no CAP, e até entendendo que o Conselheiro Marder, tenha feito afirmação, no momento do calor da discussão, porém não aceita. Deixa lavrado o seu protesto, dizendo que o Governador do Paraná, trate esse ou aquele usuário de maneira diferenciada. É obrigação dele como mandatário do Estado tomar as medidas que lhe competem dentro da sua função do mandato. O Presidente solicitou que se registrasse em ata o desagravo ao Governador Roberto Requião, por parte do Conselheiro Mário Lobo Filho. Sobre o Relatório Gerencial de Antonina, cópias foram distribuídas aos presentes. Destacou os aspectos específicos, tais como: que houve um crescimento até outubro/2003 em 65,66% em relação ao mesmo período de 2002, os siderúrgicos com embarque recorde com 203.424 toneladas em 30 días. Produtos florestais com 131.086 toneladas, registrando uma pequena diminuição. Granéis sólidos 309.054 toneladas. A receita e despesa é significativa com um superávit de um milhão e setecentos mil reais, até out/03. Os siderúrgicos terá um grande incremento com a ferrovia e a possibilidade de captar outras cargas. Relatório Gerencial Operacional e Financeiro da APPA: Foi distribuído aos Conselheiros e Convidados, contendo a movimentação de cargas no período de setembro/2003: Movimentação de Carga Geral - Exportação (392.728 toneladas), Importação (196.014 toneladas); Granéis Sólidos - Exportação (1.419.462 toneladas), Importação (562.708 toneladas); Granéis Líquidos - Exportação (142.749 toneladas), Importação (81.161 toneladas); Contêineres - Exportação (15.345 TEU), Importação (18.392 TEU); Veículos Exportados (4.994 unidades), Veículos Importados (164 unidades); Movimento de Navios no Porto: 208 atracações. O Conselheiro Gori, solicitou explicações sobre os Fundos, dizendo que a APPA ficou de fazer uma demonstração dos Fundos em valores separados. Dr. Mário disse que no próximo relatório financeiro, será incluída as informações da receita total arrecada e os valores separados dos programas de investimentos e de manutenção, aos Conselheiros. Informa o saldo superavitário em 30/10/03, dos ex-fundos. O PROMAR de R\$ 20.150.841,17; PROSILO de R\$ 10.400.815,41 e PROPORT de R\$ 8.732.585,90. A memória dos ex-fundos estão sendo mantidas e com aplicação de longo prazo (CDB), a disposição dos conselheiros, em se resolvendo o problema da dragagem, imediatamente haverão despesas, como também estão bloqueados os valores para a realização dos processos licitatórios, que deverão ser custeadas pelos programas. Comissão da Agenda Propositiva: O Conselheiro Bósio disse que na Agenda Propositiva, estão fazendo um trabalho em cima do projeto de cereal duto partindo de Ponta Grossa. É um projeto alvissareiro, um dos grandes projetos, na área de transporte, principalmente, de cereais, será um projeto que vai, beneficiar muito o Estado do Paraná e todos os usuários. O projeto está em viabilidade de estudo econômico, e os recursos de onde se vai buscar para o desenvolvimento desse projeto. Porém agora, com essa mudança de leis que têm algumas variações da viabilidade econômico, com referência o transporte do soja pelo Paraná, quanto a Lei dos transgênicos, reavaliando o estudo do projeto. O CEXPAR, irá representar, os empresários do Paraná, como um todo, através da coalizão empresarial brasileira, nas negociações da ALCA no período de 17 a 20 de novembro. O Conselheiro Fayet, relator da Comissão dos Transgênicos solicitou que a proposta feita anteriormente, não fosse apreciada na presente reunião, tendo em vista um fato novo, que é a Lei Estadual. Tem-se a constatação de um movimento na área jurídica, tanto quanto a Medida Provisória Federal quanto a Lei Estadual Como não se tem pressa agora, sugere que esse assunto seja transferido para a próxima reunião, porém gostaria de saber o que está acontecendo com os transgênicos. O Presidente solicitou que o Conselheiro Gori falasse sobre o assunto, uma vez que esteve presente em reunião com a Superintendência da APPA, como Operador Portuário e Conselheiro, tem a dupla missão de informar o Colegiado. O Conselheiro Gon falou que o assunto transgênico, pegou de surpresa a todos, mas está se tentando encontrar uma solução. Houve uma reunião com o Superintendente, Diretor Técnico e Empresarial e o problema, realmente, são quase 70 mil toneladas, que torna-se difícil uma solução, dado a uma Lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado e sancionada pelo Governador. Para efeito de informação, o Silão está com mais ou menos 23 mil toneladas, a Cargill com 15 mil a GTL com 19 mil. Procura-se uma solução para resolver o problema dos transgênicos. Disse ao Dr. Eduardo, Superintendente, que trata-se de final de safra, tem que ser encontrar uma solução. E as regras bem definidas para a próxima safra que é muito importante para o Porto de Paranaguá. Paranaguá tem uma importância grande no granel, está tendo uma repercussão no mercado de soja. O Presidente adiou, uma discussão mais aprofundada, no âmbito do CAP, sobre os transgênicos. Na sequência o Dr. Paulo Moacyr disse que pugnou com os representantes dos blocos de segmentos que já tiverem suas avaliações feitas sobre a Segurança Portuária, encaminhem para a APPA, até o dia 17/11/01, que na reunião da CONPORTOS, do dia 19 de novembro se possa validar as avaliações. Infelizmente, o Porto

Presidente : José Carlos O. Mendes Secretaria-Executiva: Rosa Shimoisa Ebina/Sonia Regina de Araujo Endereço : R. Antônio Pereira, 161 CEP 83.221.030 – Paranagua –Pr. Telefax (841) 420-1360 E-mail cappgua@pr.gov.br

Conselho de Autoridade Portuária dos Portos de Paranaguá e Antonina

não estará com sua parte feita, tão pouco a consolidação, em virtude dos trâmites legais do processo licitatório, por conseguinte, os representantes da carga geral, contrataram empresa especializada e num prazo de sete dias, estará com a sua avaliação pronta. O Conselheiro Fayet disse que, na palestra proferida pela Dra. Martha, da ANTAQ, sobre Segurança Portuária, ficou com dúvida sobre as datas fatais. Existe uma pauta para o dia 19 de novembro, que não quer dizer que, quem não aprontar até essa data, ficará de fora. Porém, o compromisso é fechar até dezembro/2003. O Conselheiro Hélio agradeceu a acolhida dada à palestrante Dra. Martha, tanto pelo Porto como pelo CAP, que promoveram tal evento. Dado ao número de presentes ao evento, demonstra o interesse pela matéria. O Presidente deu posse ao Conselheiro, Luiz Antônio de Mattos, representante dos Terminais Retroportuários. Dr. Mendes deu boasvindas, tendo em vista que já participava há algum tempo. Disse que será um mandato de dois anos. Após informou que a próxima reunião será em Antonina, com a logística da Ponta do Félix. O Conselheiro empossado, Luiz Antônio, agradeceu a todos os Conselheiros, parabenizou o Presidente do CAP e a Administração do Porto, por trazer a Dra. Martha. Disse que iniciativa como essa e o calor das discussões, das reuniões, que o motivam a participar cada vez mais do CAP de Paranaguá. O Conselheiro Orsival desculpou-se por ter se ausentado da reunião. Aproveitou a presença daqueles que tem relacionamento com empresas da área de Consultoria com o sistema do HACCP, pedindo que divulguem, e que participem da concorrência pública (pregão eletrônico, que será no dia 18 de novembro), para que o Porto contrate empresa que diagnosticará a situação de necessidade da higiene, para operar com produtos de alimentos no Porto. O Presidente propõe aos demais Conselheiros que a próxima reunião para o dia 28 de novembro, seja em Antonina. Aprovado pelo Conselho. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos e tendo eu Rosa Shimoisa Ebina, Secretária Executiva, lavrada a presente ata que segue assinada por mim, pelo Presidente e demais Conselheiros.